

MÍDIA E EDUCAÇÃO: INTERFACE PROCESSUAL NA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Maria Olivia de Matos Oliveira*

Maria de Lourdes Soares Ornellas**

RESUMO

O presente artigo trata das relações entre mídia e educação, na interface com as representações sociais, discutindo o papel das mídias na formação da sociedade contemporânea, criticando os impactos sociais da globalização e da tecnologia. O estudo também analisa as mensagens veiculadas e organizadas pelos atores sociais, a partir de critérios cognitivos, afetivos, ideológicos, sociais, históricos e culturais, à luz da teoria das Representações Sociais conceituada como o conhecimento do senso comum e formada em razão do cotidiano do sujeito. Tomando como base teóricos que são referências nas Representações Sociais – Moscovici (1976, 1978); Jodelet (2009); Jovchelovitch (2004); Alves-Mazzotti (1994); Sá (1998) – e da Mídia – Thompson (2007, 2011); McLuhan (2005); Martín-Barbero e Rey (2001); Dizard (2000) –, as autoras aprofundam o debate sobre os limites e as potencialidades dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de modelação da opinião pública, resgatando o sujeito que expressa um saber prático de assimilação, aprendizagem e interpretação do mundo, que é produzido coletivamente na prática social e nas relações interpessoais. É uma abordagem que se encontra hoje no centro de um debate interdisciplinar, pois tenta nomear e fazer relações entre as construções simbólicas e a realidade social. Por outro lado, é intenção das autoras, que vêm estudando essa temática, quer nos respectivos grupos de pesquisa, quer nas publicações, deixar sementes que possam germinar, abrindo novos recortes e outras perspectivas de análises da escuta da mídia e de seu saber-fazer, para futuros pesquisadores e acadêmicos.

Palavras-chave: Mídia. Recepção crítica. Sujeito. Representações sociais.

* Professora Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Programa de Pós-Graduação PPGEDUC/UNEB. Vice-Coordenadora do Mestrado Profissional em EJA/MPEJA. Grupo de pesquisa: Sociedade em Rede, Pluralidade Cultural e Conteúdos Digitais Educacionais. Endereço: Condomínio Parque Encontro das Águas, Quadra Q, Lote 08, Lauro de Freitas-BA. CEP: 42700-000. mariaoliviamatos@gmail.com

** Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Educação e Representação Social (GEPPERS) do PPGEDUC, na UNEB, que abriga duas linhas de pesquisa: Psicanálise e Educação e Educação e Representação Social. É Coordenadora do Núcleo de Estudos em Representação Social e Afeto na Educação (NEARS). Membro da Associação de Psicanálise da Bahia. Endereço: Rua Tenente Fernando Tuy, Mansão Central Park, 318, apto 702 - Alto do Parque, Salvador-BA. CEP: 41.840498. ornellasl@terra.com.br

ABSTRACT**MEDIA AND EDUCATION: PROCEDURAL INTERFACE IN SOCIAL REPRESENTATIONS THEORY**

This article discusses the relationship between media and education at the interface with the social representations, and it debates the role of different media in the formation of contemporary society, as well as criticizes the social impacts of globalization and technology. The study also analyzes broadcast messages organized by social actors, based on cognitive, affective, ideological, social, historical and cultural criteria from a Social Representation viewpoint, conceived of as commonsense knowledge and formed by the daily life of the subject. Taking as theoretical base researchers who are reference in the two fields of study presented here as, in social representation, MOSCOVICI (1976; 1978); JODELET (2009); JOVCHELOVITCH (2004); ALVES – MAZZOTTI (1997); SÁ (1994), and in media, (THOMPSON, 2007; 2011); McLUHAN (2005); MARTÍN-BARBERO (2001); DIZARD (2000), the authors deepen the debate about the limits and potentialities of the means of mass communication, their ability to manipulate public opinion, bringing back the subject who expresses a practical knowledge of assimilation, learning and interpretation of the world, which is produced collectively in social practice and in interpersonal relationships. It is an approach which is now at the center of an interdisciplinary debate because it attempts to name and establish relationships between symbolic constructions and the social reality. On the other hand, the authors, who have been studying this theme, both in study groups and in publications, intend to plant seeds that can germinate, thus opening new horizons and perspectives of analysis of listening to the media and its expertise for future researchers and scholars.

Keywords: Media – Critical Reception – Subject – Social Representations

Contextualizando o cenário atual: crises, mudanças e incertezas

Com o desenvolvimento da sociedade moderna e a globalização surgem novas relações de produção, trazendo o desemprego estrutural decorrente da automação do processo produtivo, tendo como consequência a precariedade nas relações trabalhistas, naturalização do mercado e um retorno às utopias políticas e religiosas.

O cenário da modernidade, marcado pela racionalidade e pela divisão do conhecimento em campos distintos, provoca uma crise na ciência, com o esgotamento da epistemologia da verdade única, o fim das “grandes narrativas”, a reinterpretação das situações de vida, trazendo no seu bojo “um movimento de retorno ao sujeito”, ativo e pensante, enunciador e produtor das representações “assim como uma nova interrogação sobre o vínculo social” (JODELET, 2009, p. 685).

Boaventura Santos (1988), ao mostrar o sujeito no contexto das transformações sociais, também discorre sobre as injustiças e as irracionalidades da sociedade capitalista, que deixa um vazio nos sujeitos, dificultando-os de pensarem uma sociedade melhor e mais justa, acrescentando que “a pós-modernidade representa uma ruptura não apenas no âmbito da política e da economia, mas sobretudo no pensamento das pessoas” (SANTOS, 1988, p. 71).

Hall (2009) sinaliza que estamos numa época de pós-paradigmas. Segundo ele, o termo “pós” não indica novos patamares, mas um movimento em direção a outra situação, que se traduz pela intensidade do fluxo de migração, fazendo surgir uma mistura de culturas, criando diásporas¹ pelo mundo, na contramão da lógica da globalização neoliberal.

Morin (2005), criticando a divisão do conheci-

¹ O fenômeno das diásporas ou da imigração provocado pela globalização é discutido pelo autor nas suas obras.

mento em campos especializados e a subsequente visão fragmentada do homem, descreve o cenário atual como cheio de crises e incertezas, no qual se reconhece a instabilidade do mundo e a imprevisibilidade dos eventos. Destarte, o citado teórico acredita que é possível superar a crise, criando-se espaços de diálogo e consenso, através do pensamento complexo e interdisciplinar.

As tecnologias da informação e da comunicação cada vez mais intensificam os processos subjetivos e novas formas de identificação que Martín-Barbero e Rey (2001) chamam de renovação das identidades. Ainda segundo os autores, os sujeitos estão incorporando a tecnologia ao seu cotidiano, produzindo assim uma revolução das tecnicidades, oportunizando a esses sujeitos a apropriação de novos saberes e linguagens. As TIC² também estão mudando a cultura local, mostrando o seu potencial e sua visibilidade, ao colocar em cheque a cultura de caráter universal.

Pombo (1994), ao citar McLuhan, em obra deste publicada em 1967,³ já afirmava que o progresso tecnológico, reduzindo o planeta à situação de uma aldeia global, possibilita a intercomunicação de pessoas oriundas de localidades distantes, fato que muito contribui para a existência de um mundo retribalizado,⁴ em que a consciência coletiva é retomada, um novo entendimento é estabelecido, rompendo as barreiras do isolamento e do individualismo.

Assim posto, percebe-se que as contradições vividas pelo sujeito, no cenário atual, refletem, por um lado, o paradoxo expresso com o advento da ciência e das tecnologias avançadas, e por outro, a exclusão social de uma parcela representativa da humanidade. Este modelo de sociedade, no tempo e espaço em que a economia e a política revelam-se amalgamadas, expressa um viver e um estar no mundo sob o império dessas duas lógicas: o avanço tecnológico e a exclusão social e digital, atingindo os segmentos mais pobres da sociedade.

Apesar das crises e face aos desafios postos pela

sociedade em rede, teóricos como Castells (2003), Thompson (2011) e Santaella (2010) defendem uma ética compartilhada, em escala sempre mais ampla, que irá desempenhar um papel importante na responsabilidade das pessoas pelo destino coletivo, em que a reciprocidade, a solidariedade, a participação e o diálogo devem estar presentes. Além dessas qualidades, fundamentais no processo de construção da cidadania, acrescentamos mais uma palavra, aqui representada pelo nome de compaixão, não no sentido de piedade, mas da capacidade de o ser humano querer para o outro o que deseja para si. Tanto os ensinamentos do Dalai Lama⁵ como Milton Santos (2001), o primeiro religioso e o outro geógrafo e antropólogo, afirmam que, sem compaixão, nenhuma fórmula econômica ou educativa será capaz de dar conta da crise no mundo.

Nessa linha de raciocínio, os teóricos da Mídia (DIZARD, 2000; MARTÍN BARBERO, 2001; MCLUHAN, 2005; THOMPSON, 2007, 2011), ao lado dos teóricos das Representações Sociais (JODELET, 2001, 2009; JOVCHELOVITCH, 2004; MOSCOVICI, 1976, 1978, 1990), são convidados a contribuir nesse escrito, com vistas ao debate crítico, quando se enlaça mídia, subjetividade, representação e identidades, analisando como estas categorias se relacionam e ao mesmo tempo constituem a vida e o contexto cotidiano dos sujeitos.

Pelo exposto, o presente artigo elege a mídia e a educação para estudo e, na interface processual das representações sociais, tenta demarcar suas aproximações e distanciamentos para encontrar os pontos de ancoragens, a fim de fomentar a discursividade.

O sujeito na abordagem das representações sociais

O conceito de representação social aqui trabalhado se assenta na abordagem processual defendida por Moscovici (1978) e Jodelet (2001, 2009). A representação social é um conhecimento do senso comum e é formada em razão do cotidiano do sujeito. É uma abordagem que se encontra hoje no centro de um debate interdisciplinar, na medida em que se

2 Expressão comumente usada para se referir às Tecnologias da Informação e da Comunicação.

3 O citado livro de Marshall McLuhan possui várias edições, publicadas em épocas distintas.

4 McLuhan denomina de retribalização o período em que o homem retoma à consciência coletiva, na qual se estabelece um novo entendimento, em oposição à era da tradição escrita chamada pelo autor de destribalização.

5 Dalai Lama foi um religioso tibetano, um *Bodhisattva*, ser iluminado que adiou sua entrada no nirvana e escolheu renascer para servir à humanidade.

tenta nomear, fazer relações entre as construções simbólicas e a realidade social. As representações sociais dirigem seu olhar epistêmico para entender como esta realidade constrói a leitura dos símbolos presentes no nosso cotidiano. Neste entendimento, a fala do autor instiga à reflexão do conceito:

Por representações sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações na vida cotidiana, no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1978, p. 181).

O autor supracitado sustenta que as representações sociais estão inseridas na vida cotidiana, engendradas num saber contemporâneo advindo do senso comum. Os estudos desenvolvidos no campo das representações sociais, nos últimos trinta anos, consensualmente reportam-se ao conceito trabalhado por Moscovici (1978) e tomam como referência o seu estudo publicado em *La psychanalyse, son image et son public* (MOSCOVICI, 1976).

A obra aponta para a dificuldade de conceituar as representações sociais, admitindo que, se por um lado o fenômeno é passível de observação e de identificação, por outro, o conceito, pela sua complexidade, escapa e requer um tempo de maturação para que a definição seja construída de modo consistente. Essa história, além de sinalizar a origem, pontua os terrenos demarcados pela representação social. Trata-se de um conceito germinado nesta complexidade; no entanto, não é apenas a soma das contribuições advindas dos estudiosos, é a construção de algo de novo que pretende observar um fenômeno básico da realidade cotidiana.

As argumentações de Moscovici (1978) e Ibañez (1988) sinalizam duas justificativas para essa complexidade conceitual: a primeira refere-se ao fato da representação social ser um conceito híbrido, não pertencendo a uma única área do conhecimento, sua origem vincula-se tanto à Sociologia quanto à Psicologia – o que leva a pensar que a representação social é um conceito psicossocial. A outra justificativa deriva da primeira, pois os conceitos aglutinados de outras áreas são mais restritos, uma vez que tratam basicamente de objetos e não de fenômenos. Pode-se dizer que a representação

social, ao estudar o sujeito em processo de interação com outros sujeitos, expressa uma espécie de saber prático de como os sujeitos sentem, assimilam, aprendem e interpretam o mundo, inseridos no seu cotidiano, sendo produzidos coletivamente na prática da sociedade e no decorrer da comunicação entre os sujeitos. Nesta lógica, Jodelet (2001, p. 41) aprofunda o construto: “As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas intervirão”.

É possível pontuar-se que esse conhecimento tem uma base cognitiva e afetiva e que, portanto, não constitui uma categoria bipolar, podendo-se também afirmar que as representações sociais não são saberes articulados apenas ao cognitivo, mas que se tecem, de forma dinâmica, em um processo histórico que envolve tanto a racionalidade quanto a afetividade. Na última década, o estudo das representações sociais tem espaço garantido na Educação e, de modo específico, na Psicologia da Educação. Observa-se hoje um número cada vez maior de pesquisas nessa área, o que pode contribuir para a construção de um novo olhar no que se refere aos processos educativos e subjetivos que interagem na sala de aula. Nesse sentido, Souza (2002, p. 286, grifo do autor) nos diz:

No final da década de 1980 e início dos anos 90, as investigações nas áreas de educação passaram a exigir construções teóricas que conciliassem pontos de vista do autor individual e do autor social e de perspectiva micro e macro. É nesse contexto que a ‘descoberta’ da teoria das representações sociais, pelos educadores, surge como uma das possibilidades teóricas relevantes da área da Psicologia, possibilitando a compreensão de um sujeito sócio-historicamente situado e, ao mesmo tempo, formando condições para a análise de dinâmicas subjetivas.

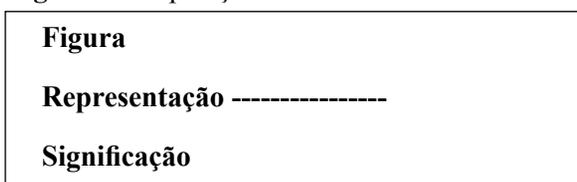
Escutar esse sujeito sócio-histórico sinaliza dois argumentos para a complexidade conceptual cuja abordagem processual defendida por Moscovici (1978) se reveste: o primeiro refere-se ao fato da representação social ser um conceito híbrido, e ter pertencimento de modo singular com duas áreas de conhecimento, ou seja, a sociologia e a psicologia

– assim podemos pontuar que as representações sociais têm seus fundamentos epistêmicos no psicossocial. O outro argumento é que já se percebe um exercício intelectual no sentido de articular conceitos vindos de outras áreas, em busca das interfaces teóricas com outros saberes e conhecimentos, numa tentativa de expandir seu campo de argumentação. Pode-se inferir, de acordo com Moscovici (1978), que para a pesquisa educacional ter maior impacto sobre a prática educativa, ela precisa adotar “um olhar psicossocial”, de um lado preenchendo o sujeito social com seu mundo interior, e de outro restituindo o sujeito individual ao mundo social.

Moscovici (1978) teoriza sobre a influência da comunicação no processo de construção das representações sociais. Nessa lógica, faz-se pertinente acrescentar inicialmente que o citado autor traz sua discussão epistemológica na qual a representação é estruturada em três dimensões: imagem, atitude e informação. Em primeiro lugar, uma representação é sempre organizada por imagens que expressam iconicamente o objeto representado. A atitude corresponde à orientação global, favorável ou desfavorável ao objeto da representação, relacionando-se a uma escolha, orientada por experiências e valores do sujeito, a partir dos vínculos que possui com o objeto. A atitude é a mais frequente das dimensões citadas, porque uma pessoa só representa alguma coisa em razão da posição adotada. A informação se refere à organização dos conhecimentos que o grupo possui, a respeito do objeto, podendo-se pontuar que essas dimensões se articulam com os processos da comunicação social.

Para Moscovici (1976, p. 631), “A estruturação de cada representação social tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica”. Em toda figura há um sentido e em todo sentido uma figura, como se observa no esquema a seguir

Figura 1: Proposição teórica



Fonte: Moscovici, 1976, p.63.

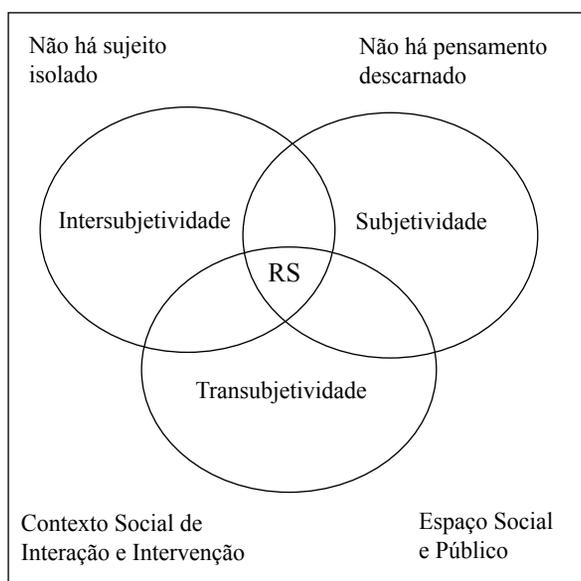
Essa demonstração a que o teórico se refere diz que a representação é entendida na lógica da correspondência acima referida. Tornar um sentido duplicado por uma figura pela qual se dá a materialidade a um objeto abstrato realiza-se pelo processo de objetivação. Tornar a figura duplicada por um sentido pelo qual se esboça um campo inteligível ao objeto faz-se pelo processo de ancoragem. Em síntese, uma representação social elabora-se de acordo com esses dois processos. A objetivação consiste numa operação estruturante pela qual se dá uma forma específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto o conceito abstrato. Portanto, para Moscovici (1978), objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem. Segundo Alves-Mazzotti (1994, p. 289, grifo do autor), “a objetivação representa a descoberta da capacidade icônica de representar uma ideia, a passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou imagens concretas, os quais, pela generalidade de seu emprego, se transformam em ‘supostos reflexos do real’”.

Para Jodelet (2001), a ancoragem é a integração cognitiva do objeto representado em um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas em tal processo. A referida autora ainda acrescenta que a ancoragem acumula três funções básicas da representação: cognitiva ou de interpretação da realidade, orientação das condutas e das relações sociais. Nesta lógica, os processos de objetivação e ancoragem permitem escutar como o sujeito se posiciona sobre determinado objeto. A análise desses processos constitui a contribuição mais significativa e original do trabalho de Moscovici (1978), uma vez que permite compreender como o funcionamento do sistema cognitivo interfere no social e como o social interfere na elaboração cognitiva. Nesse sentido, a concepção processual moscovicianiana de representação social revelou a necessidade de um retorno à concepção de sujeito, no viés da relação entre o individual e o social.

Ao analisar as representações sociais produzidas pelos indivíduos e grupos localizados em espaços concretos da vida, Jodelet (2009) procurou ultrapassar o estágio da simples descrição de estados representacionais, propondo um quadro analítico que nos permite situar o estudo das

representações sociais no jogo da subjetividade, delimitando as três esferas ou universos de pertença das representações e definindo as respectivas modalidades das ações transformadoras, em cada uma dessas esferas apresentadas no esquema a seguir.

Figura 2: As esferas de pertença das representações sociais.

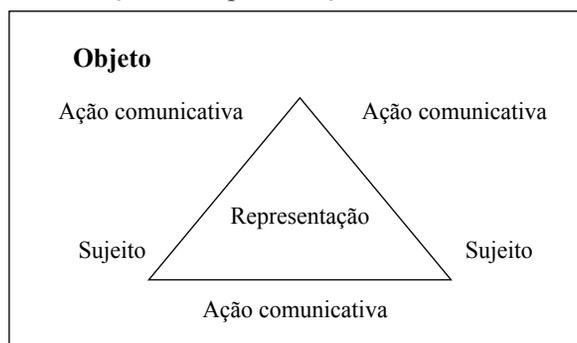


Fonte: JODELET, 2009, p. 687.

A interação entre as esferas de pertença das representações sociais mostra a materialidade do sujeito, situado num espaço social e público onde sofre intervenções, ao tempo em que interage com o meio. Portanto, falar de sujeito no campo das representações sociais é discorrer sobre pensamento e suas implicações, tornando concretas as representações reveladas nos atos, palavras, trocas, parcerias e conflitos das subjetividades historicamente constituídas.

Ao enfatizar a tríade Sujeito-Objeto-Sujeito, Jovechelovitch (2004) argumenta uma aproximação conceitual com Habermas quando explica que “a representação se estrutura através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo, através de práticas do cotidiano nas instituições sociais ou estruturas informais do mundo vivido (JOVECHELOVITCH, 2004, p. 22). A Figura 3 ilustra a concepção apresentada pela autora.

Figura 3: Os Elementos Constituintes e o Modo de Produção da Representação.



Fonte: JOVCHELOVITCH, 2004, p.22.

Sá (1998) também defende que, na construção do objeto de pesquisa, precisamos levar em conta simultaneamente o sujeito e o objeto da representação que se deseja estudar. Esse objeto ilumina o debate, posto que as autoras do presente artigo estudam e teorizam essa temática nos seus grupos de pesquisa e em publicações, na tentativa de reunir algumas peças de um mosaico da representação social do fenômeno investigado. São sementes que podem germinar, abrigando mais estudos sobre a formação docente nesse momento contemporâneo em que o pesquisador tenta articular a configuração das tramas conceituais, de forma que os passos dados descortinem novos recortes, abram outras perspectivas de análises, de escuta da mídia e de seu saber-fazer.

Sem dúvida, a condição atual do espaço social, com a criação de novos vínculos, novas formas de relação espaço-cultura, com o aumento da mobilidade e acessibilidade pelos diferentes *mass media*, possibilita a extensão das formas simbólicas no tempo e no espaço, e que se constituem significantes para análises mais abrangentes e globalizantes como o fizeram Thompson (2007, 2011), Hall (2009) e Bauman (2001).

Schaff (1995), por outro lado, preconizava a terceira revolução, a da sociedade informática, representada pelos avanços da microbiologia, da energia nuclear e da microeletrônica. Nessa mesma perspectiva, Thompson (2011) também afirma que todas essas transformações colocam o sujeito no lugar e na posição de experimentar eventos simultâneos, em lugares distintos, direcionadas pelo movimento instantâneo através da comunicação

quase mediada,⁶ que propicia novos padrões de interação social, gerando mudanças no contexto sociocultural.

Comunicação mediada e recepção crítica: aportes teóricos

Inicialmente queremos aprofundar os conceitos de comunicação mediada e recepção crítica, que são fundantes para quem quer entender o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.

O sociólogo inglês Thompson (2007, 2011), enfatizando suas análises nos meios de comunicação de massa (MCM) e no papel que eles desempenham na formação das sociedades modernas, afirma que interagimos, cada vez mais, com a “comunicação mediada”, substituindo o processo comunicativo simétrico, face a face e dialógico, por outro que é assimétrico e viabilizado por meios técnicos de produção e difusão do conhecimento.

A atividade de recepção se constitui em um processo complexo de interpretação pelos sujeitos e (re) significação em outros contextos singulares. Thompson (2011, p. 66) afirma que “a recepção é um processo hermenêutico porque seus receptores estão envolvidos num processo de interpretação, de caráter pessoal ou social, através do qual essas mensagens adquirem sentido”.

Ao seu turno, McLuhan (2005), ao proferir a conhecida frase “O meio é a mensagem” esclarece que o meio, o canal e a tecnologia em que a comunicação se estabelece não podem ser pensados como simples canais de passagem do conteúdo comunicativo ou meros veículos de transmissão da mensagem, mas como elementos determinantes da comunicação. Vale frisar que o processo de comunicação se realiza entre sujeitos e não entre meios. O sujeito do qual falamos é o mesmo concebido por Guareschi (1991, p. 79), aquele de relações e que vai se transformando continuamente: “[...] nossa concepção de ser humano é que ele é uma pessoa = relação [...] O ser humano, como o com-

preendemos, é o resultado dos milhões de relações que o vão construindo, e através das quais ele vai continuamente se transformando”.

Portanto, os meios de comunicação não podem ser estudados apenas pelos avanços tecnológicos ou comerciais da sua oferta, mas pelos impactos socioculturais que produzem nos sujeitos e nos seus contextos de vida e de relações.

O manejo subliminar dos efeitos dos meios de comunicação tem revelado que, em muitas situações, a mensagem que é veiculada tem o poder de formar a opinião pública de determinado fenômeno. Contudo, nem “[...] as ideias dos grupos dominantes são sempre propagadas e, dessa forma, a consciência dos grupos dominados é sempre manipulada”, como coloca com propriedade Thompson (2011, p. 31). As grandes “massas” não são passivas, os sujeitos são receptores que reagem, muitas vezes de forma crítica, às mensagens veiculadas pelos MCM.

Wagner (1998, p. 4), mostrando o quanto a comunicação está situada na categoria das práticas sociais, afirma a existência de três mecanismos no sistema de comunicação social que se encarregam do seu funcionamento: 1 – “Esquematização”: o discurso equivale àquilo que é possível de ser dito e apreendido pelos atores sociais sobre o real; 2 – “Internalização”: significa dizer que cada sujeito ou grupo de pertencimento constrói o seu próprio ponto de vista, sua realidade; e 3 – “Naturalização”, em que os discursos cotidianos materializam abstrações psíquicas, culturais, ideológicas, políticas etc., assimiladas e acomodadas pelos atores sociais, conforme critérios subjetivos e sociais aos quais estão articulados.

Inicialmente existe um mecanismo que corresponde ao processo pelo qual o sujeito se apropria das informações e dos saberes sobre um dado objeto. Nessa apropriação, alguns elementos são retidos, enquanto outros são ignorados ou rapidamente esquecidos. As informações que circulam sobre o objeto vão sofrer uma triagem em razão de condicionantes culturais (acesso diferenciado às informações em decorrência da inserção grupal do sujeito) e, sobretudo, de critérios normativos (só se retém o que está de acordo com o sistema de valores circundante).

Moscovici (1978) pontua que as mensagens vinculadas entre os emissores e os receptores da

6 A expressão interação e comunicação quase-mediada, ou midiaticizada é defendida por Thompson (2011) para designar a experimentação pelos indivíduos de eventos, através da mídia, de fenômenos que estão espacialmente e temporalmente distantes dos contextos práticos das suas vidas. “A experiência mediada é uma experiência recontextualizada” (THOMPSON, 2011, p. 287).

comunicação são estrategicamente organizadas pelos atores sociais a partir de critérios cognitivos, afetivos, ideológicos, sociais, políticos, históricos e culturais. Vale acrescentar que os sentidos das mensagens veiculadas pela mídia dependem do contexto sociocultural e das singularidades de cada sujeito.

Nessa lógica, faz-se pertinente pensar que esse sujeito encontra-se engendrado nas inter-relações que se constroem e (re)constróem a si próprios e o seu cotidiano, sem perder de vista a mídia presente nas suas interações sociais.

Assim posto, Matos Oliveira (2009, p. 214) elucidava esse debate entre mídia e representações sociais mostrando que

[...] as representações dependem da qualidade e do tipo de informações que a mídia disponibiliza sobre determinado objeto social para os sujeitos. São determinantes a influência social do meio, no sentido de pressionar o indivíduo a utilizar informações dominantes do grupo, sem descartar naturalmente outras variáveis relacionadas às características individuais do sujeito [...]

Como foi abordado anteriormente, o ato de recepção envolve processos cognitivos e afetivos do sujeito e, por essa razão, põe em jogo diferentes estruturas perceptivas, desencadeando diferentes mecanismos de compreensão. A atividade de recepção dos produtos da mídia não se constitui um processo simples, tampouco os seus receptores podem ser considerados sujeitos passivos ou acríticos, nem se deve exagerar a capacidade de autonomia e defesa perceptual de quem consome os programas midiáticos.

Nesse entendimento, existe um distanciamento entre o contexto de quem produz a mensagem e aquele que a recebe, razão pela qual os receptores tornam-se parceiros desiguais no processo de intercâmbio simbólico, porque a mídia possibilita aos sujeitos reelaborarem as mensagens de forma alheia às intenções dos seus produtores.

Por intermédio dos sistemas simbólicos, tanto no campo singular quanto no plural, o universo de significados e significantes permite ao indivíduo construir uma ordenação de processos comunicacionais e, neste movimento, o sujeito internaliza e expressa dialeticamente aquilo com o qual se identifica, assim como reifica ou não aquilo que é difundido pela cultura midiática.

Mídia, visibilidade e poder

A mídia, aqui entendida em sentido amplo, pode ser analisada a partir de três características, a saber: a) a mídia impressa (jornais, revistas e livros); b) a mídia eletrônica (rádio e televisão), também chamadas mídias tradicionais ou clássicas; e c) a nova mídia, derivada do uso dos computadores e da eletrônica digital (DIZARD, 2000).

Nos limites deste estudo, nossos enfoques se prendem à mídia eletrônica (rádio e TV) não apenas pela capacidade de convergência com as outras mídias, como também pelos impactos produzidos em todos os segmentos sociais. Entretanto, convém frisar que a relação entre a mídia tradicional e a nova mídia não pode ser narrada apenas em termos de avanços tecnológicos, mas de um processo de reformulação das novas mídias por meio de conexões interativas entre usuário e consumidor, como explica com propriedade o autor:

[...] abordar a questão sobre o prisma sócio-econômico e político, em que forças da invenção, da criatividade, da demanda do mercado estão formatando uma nova mídia e provocando na mídia tradicional um processo de reformulação, num grande esforço para sobreviver nessa nova era da comunicação em que a nova mídia está expandindo, cada vez mais, sua gama de recursos para os consumidores da internet, possibilitando conexões interativas entre o consumidor e o provedor de informação. (DIZARD, 2000, p. 40).

Essa conectividade favorece outras formas de poder bastante diferenciadas de épocas anteriores. Fazendo uma retrospectiva histórica na vida sociopolítica da sociedade do final do século XX e início do século XXI pode-se observar uma mudança nas formas de poder, na medida em que o controle da Igreja e do Estado foram substituídos por outras redes de poder simbólico, controladas pelo capital, alterando assim as condições do seu exercício em todas as esferas da vida do cidadão. Constata-se que administrar a visibilidade através dos meios de comunicação de massa é hoje um aspecto inevitável da vida política moderna. Como nos ensina com propriedade Thompson (2011, p. 28), “na era dos MCM a política não se separa da arte de administrar a visibilidade”.

Nesse sentido, a comunicação mediada, não mais separada da partilha de um lugar comum, mas dissociada da comunicação face a face, fornece meios para que muitos possam ter informações sobre poucos, transformando a natureza da esfera pública e privada, trazendo riscos e/ou oportunidades para a classe política ou as chamadas “celebridades”, na medida em que aqueles que exercem o poder ou estão constantemente expostos na mídia são submetidos a certo tipo de visibilidade e têm que se preocupar com as audiências que não estão presentes (THOMPSON, 2011). O poder, em todas as épocas, foi exercido através de diferentes posições ocupadas pelos indivíduos, nos seus respectivos campos de interação, seja o político, advindo com o desenvolvimento dos meios de comunicação, seja o simbólico, que nasce na atividade de produção e recepção de formas simbólicas.

Há, portanto, uma necessidade de aprofundamento nesse campo de discussão sobre os limites e potencialidades da mídia, sua capacidade de modelação da opinião pública, percebendo em que medida a cultura midiática nos transforma e às nossas instituições, para abrir um debate crítico sobre as novas condições comunicativas, suas determinações e seus efeitos.

Desse modo, pode-se referir aos meios de comunicação de massa como estratégias discursivas produtoras do senso comum. Como aponta Moscovici (1978), o que inscreve a análise da imprensa de grande difusão é a similitude entre a imagem que ela produz e aquela que revelam os sujeitos escutados. Este fato elucidado que a apreensão de uma representação social passa necessariamente por trocas que se travam entre a mídia e seu leitor escutante ou receptor crítico. O campo das representações sociais estabelece relações com a mídia, quando ambos se movem nas construções simbólicas de seu campo epistêmico para entender como o sujeito constrói a leitura das inscrições presentes no seu contexto sociocultural.

Dando visibilidade às lembranças ou tentando apagar o vivido não desejável, as mídias estão sempre presentes no nosso cotidiano, não apenas pelas características do mundo tecnológico em que vivemos, mas porque ela está situada no entre-lugar de/na constituição das subjetividades dos indivíduos.

Conclusões possíveis

A escuta da mídia abre um canal de comunicação, posto que o instrumento da escuta envolve não somente o sentido de ouvir, mas o de fazer uma leitura subjetiva da fala, apresentada pelo sujeito escutante.

De fato, a subjetividade engloba as idiosincrasias imanentes à condição de sujeito, o que significa marcar o enlaçamento das dimensões afetivas, cognitivas e sociais que fazem parte desse sujeito pensante, somado a necessidades de desejos, angústias e os afetos ambivalentes.

Se as representações sociais podem contribuir, de alguma forma, para a ética da mídia, seus estudos devem propiciar a escuta dos ditos e os não ditos, com vistas a produzirmos, ampliarmos e construirmos uma nova versão do sujeito psicossocial, em que o individual amalgame-se com o social, e o singular engendre-se com o plural. É nesse lugar que se encontram as interfaces processuais entre mídias e representações sociais. Não é mais possível impedir a voz da mídia, no entanto, precisamos estar atentos para questionar o seu papel, efeitos e determinações.

O fato de que vivemos numa sociedade em que a midiaticização é cada vez mais empoderada de sedução e apresenta sinais de subjugar as pessoas a um processo de mediocratização cada vez mais preocupante, compete ao sujeito, na concepção jodeliana, estar mais aberto, flexível e vigilante para questionar o passado, entender o presente e, assim, contribuir, na coletividade, para um futuro mais digno e solidário que espera a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações em Educação. Revista **Em Aberto**, Brasília MEC-INEP, ano 14, n. 61, p. 60-78, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ppc/multiplas-leituras/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DIZARD, Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GUARESCHI, P. (Coord). **Comunicação e controle social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p 103-133.
- IBAÑEZ, G. T. Representaciones sociales, teoría y método. In: _____. (Coord.). **Ideologias da vida cotidiana**. Barcelona: Sandai, 1988. p. 126-149.
- JODELET, D. O estudo experimental das representações sociais. In: _____ (Org.). **As representações sociais**. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.
- _____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 679-712, 2009.
- JOVCHELOVITCH, S. Psicologia Social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.
- MARTÍN-BARBERO, J.; REY, German. **Os exercícios do ver**. Hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.
- MATOS OLIVEIRA, M. O. Representações sociais sobre a Mídia: aproximações e distanciamentos. **Educação e Contemporaneidade** – Revista da FAEEBA, Salvador, v, 18, n. 32, jul./dez. 2009.
- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Pensamento/Cultrix, 2005.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOSCOVICI, S. **La Psychanalyse, son image et son public**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. **A representação social da psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POMBO, Olga. O meio é a mensagem. In: _____. (Org.). **McLuhan**. A escola e os media. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa, 1994. p. 40-50. (Caderno de História e Filosofia da Educação, n. 1).
- SÁ, Celso. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2001.
- SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SOUSA, C. P. Estudos de representações sociais em educação. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 14/15, p. 286, 1º e 2º sem, 2002.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: A B, 1998.

Recebido em: 04.04.2014

Aprovado em: 09.07.2014